

**ATA DA 344ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP
REALIZADA NOS DIAS 28 E 29 DE JULHO DE 2008.**

1
2
3
4 Aos vinte e oito e vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e oito, os
5 membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária se reuniram na sala
6 de reuniões do edifício Sede no Ministério da Justiça, na cidade de Brasília/DF.
7 Compareceram: o Presidente, Sérgio Salomão Shecaira, e os Conselheiros: Adeildo
8 Nunes, Airton Aloísio Michels, Carlos Eduardo Adriano Japiassú, Carlos Weis, Cássio
9 Castellarin, Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Eleonora de Souza Luna, Fernando Braga
10 Viggiano, Geder Luiz Rocha Gomes, Gisela Maria Bester, Herbert José Almeida
11 Carneiro, Pierpaolo Cruz Bottini, Rogério Gesta Leal e Valdirene Daufemback. A reunião
12 teve a presença, ainda, do Dr. Luiz Carlos Lafont Coronel membro da Associação
13 Brasileira de Psiquiatria- ABP. Justificaram a falta: o Conselheiro Carlos Lélío Lauria
14 Ferreira, o conselheiro Luis Guilherme Martins Vieira e a Conselheira Christine
15 Kampmann Bittencourt. Na abertura dos trabalhos, o Presidente fez uso da palavra,
16 desejando boas vindas a todos, e destacando a posse do Conselheiro Airton Aloisio
17 Michels, na direção do DEPEN/MJ e ressaltou que o fato de um membro do conselho no
18 DEPEN/MJ é motivo de orgulho e satisfação, comunicou que depois da última reunião,
19 que se realizou no mês passado que foi exclusivamente sobre o Monitoramento
20 Eletrônico, o conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes, o conselheiro Carlos Eduardo
21 Japiassú, o conselheiro Carlos Weis e o conselheiro Pierpaolo Cruz Bottini, fizeram a
22 redação final sobre o projeto de monitoramento e foi marcado uma audiência sobre este
23 procedimento com o relator do senado, o senador Demóstenes Torres, onde o mesmo
24 firmou compromisso imediato e assumiu com a proposta do CNPCP de suprimir o
25 monitoramento eletrônico. Na fase das comunicações, o Presidente do CNPCP procurou
26 o presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, o desembargador Alberto Silva
27 Franco e informou sobre a reunião com o Senador e entregou a carta dos defensores
28 públicos reunidos no Estado do Rio de Janeiro, com críticas a respeito do
29 monitoramento eletrônico. Os conselheiros Geder Luiz Rocha Gomes, Pierpaolo Cruz
30 Bottini e a secretaria do CNPCP Jussara Isaac Ribeiro, fizeram parte da comissão que
31 entregou o documento ao Senador Demóstenes Torres, e alguns aspectos foram
32 levantados, tais como: existem sete projetos, sendo dois originários do Senado, cinco
33 originários da Câmara, não podemos modificar, só podemos suprimir, modificar somente
34 as questões que já tenha sido objeto de tratamento e abordagem num desses sete
35 projetos. O presidente informou também sobre a reunião que ocorreu com o Dr. Antonio

36 Humberto, membro do Conselho Nacional de Justiça, onde foi externado uma
37 preocupação, vinda de um caso pedido em uma decisão dado pelo juiz de execução do
38 Estado de São Paulo, Dr. Cláudio que aqui foi objeto de discussão, encômio por parte
39 do conselho, a decisão foi modificada pela corregedoria de São Paulo. O Presidente
40 informou o conselheiro Pierpaolo preparou uma minuta para efeito de termos um
41 convenio com o Conselho Nacional de Justiça, e criar um canal permanente de contato.
42 A terceira questão foi a reunião realizada com o Ministro da Justiça, onde foi entregue o
43 projeto das Penas Alternativas. O Presidente do CNPCP, Dr. Sergio Salomão Shecaira
44 e o conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes representou o conselho no seminário de
45 Segurança Publica realizada no período da manha, onde o Secretario Palesteri informou
46 que existe no Ministério da Justiça 14 conselho, onde a maior parte destes, foram
47 criados por decreto. Em seguida o presidente, registrou o lançamento do livro “A
48 Substituição da Prisão (Alternativas Penais: Legitimidade e Adequação)” tendo como
49 autor da obra o conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes. O Presidente relatou sobre
50 ampla reportagem que saiu na Globo e depois na CBN, realizada pela Dra. Márcia
51 Alencar do DEPEN/MJ que é responsável pela Penas Alternativas, onde expõe
52 numericamente uma quantidade maior de aplicação do que as penas de
53 encarceramentos no Brasil noticiam uma nova perspectivas , a medida que temos quase
54 500 mil penas alternativas sendo aplicadas e isso e uma realidade no Brasil inteiro. A
55 palavra foi passada ao conselheiro Rogério Gesta Leal que propôs especificamente
56 sobre a minuta de convenio com o Conselho Nacional de Justiça envolvendo a Escola
57 Nacional de Formação de Magistrados, disse ainda que faz parte de um grupo de
58 colaboradores da escola de magistrados, e que esta sendo criado a elaboração de
59 projetos, a escola de magistrados esta fazendo convênios com instituições que trata de
60 temas a respeito da magistratura e disse que seria interessante o CNPCP fazer um
61 convenio juntamente com a escola E propôs uma minuta de convenio, como foi
62 realizado o convenio com CNJ, o Presidente submeteu a votação que foi aprovada por
63 todos e que o Conselheiro Gesta Leal será o representante do conselho para a
64 discussão desse tema. O Presidente do CNPCP registrou que o conselheiro Carlos
65 Eduardo Adriano Japiassú, irá representar o Brasil na Conferencia Regional de Direito
66 Penal, nos dias três a cinco de setembro em Bueno Aires, e solicitou que fosse
67 encaminhado um e-mail sobre a apresentação do conselheiro Carlos Japiassú em
68 Bueno Aires ao assessor do senador Demóstenes Torres, o Dr. João Gualberto para
69 conhecimento. O Conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes, pediu a palavra e informou que
70 o conselheiro Fernando Braga Viggiano recebeu no ultimo dia 25 a medalha de Honra

71 ao Mérito, Anhanguera no Estado de Goiás, que é concedida pelo governo do Estado
72 para pessoas que se destacam e levam o nome do Estado em cenário Nacional. E o
73 segundo registro foi sobre o cd com o resumo da questão da CPI do Sistema Carcerário,
74 e agradeceu ao Dr. Julio membro do Sistema prisional DEPEN/MJ que confeccionou
75 este cds. Outro registro foi sobre as Penas Alternativas que disponibilizou a cada um
76 dos conselheiros uma notícia do Estado do São Paulo que se retrata de uma forma
77 sistêmica um comparativo entre o preso provisório e o preso condenado no Brasil e esta
78 empatado 50 % de preso provisório e 50% de preso condenado, disse ainda que o
79 Brasil é o país que mais se aplica penas alternativas e têm um contingente de 500 mil
80 pessoas cumprindo e afirmou que as pessoas que estão cumprindo penas e medidas
81 alternativas ultrapassa a casa dos 2 milhões e que a CPI do Sistema Carcerário tem
82 como a primeira proposta ampliar as questões das Penas Alternativas e que esta
83 disponível aos conselheiros a portaria numero 127 de 29 de maio de 2008 que versa
84 sobre a Execução de despesas, versa sobre os recursos da união. Em seguida a
85 palavra foi passada ao conselheiro Herbert José Carneiro o qual comunicou que não
86 esteve presente na ultima reunião, mas ficou muito satisfeito pelo trabalho que o
87 Conselho realizou sobre o monitoramento eletrônico e informou também que o estudo
88 sobre as câmaras será entregue na próxima reunião, informou ainda que em Belo
89 Horizonte dentro do PROJUD através da Vara de Execução lançou o primeiro alvará
90 eletrônico do país, ligado a 16 unidades prisionais e que já faz a inspeção por meio
91 eletrônico, enquanto um alvará chegava entorno de 24 horas para ser executado hoje
92 chega em 7 minutos na unidade, já cumprindo a meta de PRJUD e do CNJ. E por ultimo
93 comunicou que recebeu a Medalha Tiradentes atribuída ao juiz da execução pelos
94 trabalhos feitos em questões de Penas Alternativas. O Presidente do Conselho passou a
95 palavra ao conselheiro Cássio Castellarin, que fez um registro sobre o Dr. Claudemir
96 que fez uma interpretação da lei, onde um apenado que esta na ultima face da sua
97 pena, por exemplo, vai procurar um emprego, ele precisa de uma folha ocorrida de
98 liberação, onde consta que ele ainda esta cumprindo pena, o Dr. Claudemir através dos
99 cartórios conseguiu a negativa que aparece o cumprimento de pena e assim facilita que
100 ele consiga o emprego. E informou também que foi homenageado com a medalha
101 Negrinho do Pastoreio, entregue pelo o governo do Estado Rio Grande do Sul e que foi
102 entregue também ao Dr. Luiz Carlos Ilafont Coronel, pelos atendimentos aos parentes
103 das vitimas do acidente da TAM. A palavra foi passada ao conselheiro Adeildo Nunes o
104 qual informou que no Estado de Pernambuco será realizada a partir do dia 20 de
105 agosto uma experiência com 30 presos sobre a implantação do monitoramento

106 eletrônico, nos dias 11 a 13 de setembro haverá um Congresso de Execução de Penas
107 Privativas de Liberdade, onde os conselheiros Carlos Weis e o conselheiro Carlos Lélío
108 Lauria Ferreira terão uma participação como palestrantes. Outra informação é o projeto
109 do presídio Aníbal Bruno que está praticamente pronto e será dividido em três grandes
110 alas. Em seguida ouve a apresentação do Dr. Luiz Carlos Ilanfont Coronel (Associação
111 Brasileira de Psiquiatria – ABP). Após a apresentação o Conselheiro Airton Aloísio
112 Michels discorreu a dificuldade em manter o Dr. Luiz Carlos Ilanfont Coronel no governo,
113 pois as forças políticas não acreditavam que existisse presos realmente doentes. Em
114 seguida a palavra foi passada ao conselheiro Cássio Castellarin o qual agradeceu a
115 apresentação do Dr. Luiz Carlos e informou aos membros do Conselho, ele veio como
116 representante da Associação Brasileira de Psiquiatria com o objetivo de ser fazer
117 presente, e que não estão alheios aos problemas dos manicômios judiciários e que
118 gostaria de participar nas políticas em questões do manicômios judiciários, e apimou
119 para que o conselho pudesse alinhavar e sair da reunião com uma proposta de uma
120 comissão, uma frente de trabalho para elaborar uma política que englobe todo o Brasil.
121 A conselheira Ela Wiecko Volkemer de Castilho louvou a iniciativa do Dr. Coronel, e
122 disse que o tema é bastante polêmico, e é importante continuar com a idéia reitora da
123 desinternação, porque se voltar com a idéia da internação, e muito fácil para a
124 sociedade se ver livre das pessoas com transtornos mentais e falou ainda sobre a
125 inspeção que realizou na cidade de São Luis do Maranhão e disse que não existem
126 hospitais de custodias e tratamentos na cidade e pergunto ao Dr. Coronel se a Lei que
127 estaria defasada e que ainda não foi feito na pratica a releitura código penal da lei
128 10.816, sobre a medida de internação. O conselheiro Adeildo Nunes solicitou a palavra
129 e externou uma preocupação sobre as questões dos viciados e sobre a inimputabilidade
130 no ponto de vista jurídico são duas coisas diferentes, e mostrou preocupação com as
131 crises dentro do sistema, e que o apenado não é doente mental e sim um viciado em
132 drogas ilícitas, o Dr. Coronel não acha que o sistema penitenciário deveria criar
133 estabelecimentos separados, para tratar esses viciados em droga, que ao meu ver não
134 são doentes mentais. Não acha que deveríamos fazer essa destinação para medida de
135 segurança entre o viciado em drogas e o doente mental. Com a palavra o conselheiro
136 Herbert José Carneiro louvou a iniciativa do conselheiro Cássio Castellarin, e importante
137 que o Conselho se envolva com esse tema, O programa PAIPJ de Minas Gerais, a
138 experiência de Goiânia e o trabalho também e desenvolvido em Salvador, que trabalha
139 na linha da sociedade, na linha da cidadania. Minha primeira indagação a juízo de quem
140 ficaria essa gradação que diz respeito a desinternação. A maioria desses pacientes

141 ficaria a messe de equipes multidisciplinares que muitas das vezes não cumpria o seu
142 papel. O senhor Dr. Coronel trabalha com a individualidade, a quem compete a
143 graduação em relação à internação, não sendo um problema de saúde publica não deve
144 esta ele dedicado ao juiz, na área de saúde municipal e um problema de todos , quando
145 os operadores de direito, quando a sociedade civil, no programa Dr. Coronel a
146 exclusividade e terapeuta, seria esse terapeuta a dizer o grau de desinternação ou
147 internamento. Com a palavra o conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes temos uma
148 política posta não de forma nacional, mas em alguns Estados indo à linha de internação
149 em ultimo caso. Dentro dessa linha de raciocino me preocupa um projeto nacional que
150 tenha essa vertente, uma espécie de fortalecimento da internação. A partir da edição da
151 Lei que trata do portador transtornos mentais procuram interpretar essa lei conformação
152 da antiga lei de execução Penal, e o antigo código penal por entender com o conflito de
153 normas a especialidade resolve o problema, todo o tratamento penal e feito pelo código
154 penal, muito posterior ao código penal vem a lei que fala do transtorno mental. Com a
155 palavra a conselheira Valdirene Daufemback falta muito para os profissionais da área
156 técnica da saúde, tentar desvelar todas as situações do transtorno mental, nem sempre
157 as pessoas conseguem se enquadrar dentro nomenclaturas que os técnicos de saúde
158 impõe. Com a palavra o presidente agradece o conselheiro Cássio Castellarin que fez o
159 convite ao Dr. Luiz Carlos Ilanfont Coronel. Segundo momento da apresentação do
160 relatório de inspeção do presídio feminino do Estado do Distrito Federal, pelo
161 conselheiro Rogério Gesta Leal e a conselheira Valdirene Daufemback, com a
162 participação da Kellyane Ouvidora do DEPEN/MJ. Com a palavra a conselheira
163 Valdirene Daufemback estivemos a unidade feminina do Distrito Federal em 24 de
164 Junho de 2008 visita ordinária, com uma denuncia a Ouvidoria do DEPEN/MJ com
165 relação à não assistência a saúde das presas, o que era contraditório e que o
166 DEPEN/MJ passou recurso volumosos para a instalação de equipamentos de saúde.
167 Alguns dados do presídio feminino com capacidade para 350 internas, com lotação de
168 400 internas, sendo que 57 estão em regime semi aberto , nessa mesma unidade estão
169 alojados presos cumprindo medida de segurança são 84 internos, com a capacidade
170 declarada para 100 internos, convive em espaço separados, há enfermarias, farmácias,
171 há espaços separado para visitas intimas, há berçários, há salão de beleza onde as
172 apenas trabalha, ha atendimento jurídico, há celas especiais para nível superior e
173 para alguns casos específicos. O ambiente em geral e bastante limpo. Em termos de
174 pessoal são cento e trinta e quatro funcionários, um medico, não há enfermeiros, há
175 técnicos que atende na distribuição de medicamentos, tem um psiquiatra mas existe

176 contradição varias presas informaram que o psiquiatra foi embora, mas a administração
177 afirma que tem psiquiatra, devido a morte de uma interna ele se exonerou do cargo, há
178 um dentista e um psicólogo, na visita intima precisa trazer um documento para
179 comprovar o vinculo , toda quinta- feira tem direito de receber a visita são cerca de
180 trinta presas que recebe com cerca de sessenta minutas para visita intima , a visita
181 comum as presas pode escolher dez visitantes , nove necessariamente membros da
182 família e um amigo, em cada visita pode entrar quatro pessoas embora seja dez
183 cadastrado, com relação de educação tem ensino fundamental e médio, cerca de cento
184 e cinqüenta presas estudando, há uma biblioteca que as presas que estuda pode ter
185 acesso, com relação a segurança interna feita por policiais civis e a externas por
186 policiais militares. Um aspecto preocupante e a sala de triagem,não existe cama,não há
187 chuveiro e não tem iluminação, na sala fica pessoas que chega na unidade com
188 situações de transtorno mental. Com relação ao espaço de saúde observamos que no
189 horário que estivemos não encontramos nenhum profissional trabalhando e ninguém no
190 atendimento todos os espaços estavam vazios. Outro aspecto e os projetos de
191 integração social existe espaços para fazer com uma equipe profissional que segundo
192 eles também existe que teria condições de fazer um conjunto de trabalhos
193 interessantes,com o envolvimento do Conselho da Comunidade para que fosse nesses
194 projetos implementados. Com relação aos métodos de segurança imposto na unidade
195 ficou implícito que existe métodos bastante rígido de segurança, em vários momentos
196 quando chegamos nas alas as presas se escondia.Com a palavra o Presidente
197 solicita,que veja o RDR e o oficio para o Ministério da Saúde, fazer uma nova visita no
198 presídio e reforçar as constatações. O Presidente do CNPCP solicita a conselheira Ela
199 Wiecko Volkmer de Castilho e Gisela Maria Bester para fazer uma nova visita ao
200 presídio. Apreciação da Ata 342º e 343º. Ata aprovada 342º com uma pequena
201 alteração da conselheira Ela Wiecko. Com a palavra o conselheiro Geder Luiz Rocha
202 Gomes faz uma proposição a respeito do estreitamento dos Conselhos de Comunidade
203 com as políticas direcionadas que o CNPCP esta fazendo, temos uma idéia de que
204 alguém tivesse representando a comissão dos Conselhos da Comunidade. Com a
205 palavra o conselheiro Carlos Eduardo Adriano Japiassú,dia 22 de agosto haverá no Rio
206 de Janeiro uma jornada de debate sobre o Monitoramento Eletrônico, onde irei participar
207 juntamente com os conselheiros Carlos Weis e Herbert José Almeida Carneiro. Uma
208 proposição a respeito da revista do CNPCP quer propor uma modificação que o CNPCP
209 mantivesse um livro com artigos gerais, e outra temática. Com a palavra o Presidente do
210 CNPCP reduziu o número de revista impressa de 3.000 exemplares para 2.000, e

211 colocar a mesma revista em meio digital. Com a palavra o conselheiro Carlos Weis
212 informo ao Conselho foi realizado a primeira reunião da comissão de defensores
213 públicos de execução penal do Rio de Janeiro ocorreu no dia 18 de julho, primeira vez
214 que o CONDERJ tem uma comissão temática de execução penal, as defensorias
215 publicas se articulam em todo o Brasil para ter uma atividade focada de execução penal.
216 Outra comunicação sobre elaboração proposta do projeto de indulto deve entrar em
217 pauta na próxima reunião. Com a palavra o conselheiro Pierpaolo Cruz Bottini informa
218 que as resoluções não estão todas no site que conste em ata essa proposta. Proponho
219 fazer uma comissão virtual sobre o projeto do monitoramento eletrônico, essa comissão
220 será feita pelos conselheiros Geder Luiz Rocha Gomes e Piepaolo Cruz Bottini. Com a
221 palavra o Presidente do CNPCP informa sobre o projeto do Indulto que a comissão será
222 renovada, presidida pelo conselheiro Herbert José Carneiro, o relator o conselheiro
223 Geder Luiz Rocha Gomes com a participação da conselheira Gisela Maria Bester e do
224 conselheiro Fernando Braga Viggiano, essa comissão vai trabalhar no Indulto. Com a
225 palavra a conselheira Valdirene Daufemback informou sobre a visita de inspeção em
226 Rondônia visitamos Urso Branco, presídio feminino, unidade para adolescentes essa
227 visita no presídio feminino e na unidade para adolescentes esta ligada a uma nova
228 penitenciaria que esta sendo ocupada por adolescentes e que deveria esta sendo
229 ocupada por mulheres. Especificamente sobre Buritis uma comunicação que havia uma
230 única cela junto com a unidade de segurança publica que aprisionava mulheres, homens
231 e adolescentes, essas celas em condições péssimas, em maio o juiz interditou a cela e
232 que encaminhasse os presos para outras unidades, em junho o promotor solicitou a
233 interdição e não esta sendo aprisionado ninguém mais nesse espaço, retomou a idéia
234 iniciativa para reforma na cela da secretaria de segurança publica constitui a reforma de
235 três celas, ampliação de um espaço que não esta sendo ocupado no prédio o Estado
236 assumiu o custou liberando uma verba de 90 mil reais. Com a palavra o conselheiro
237 Fernando Braga Viggiano informa sobre o monitoramento eletrônico conseguimos um
238 resultado frutífero, diante que o conselheiro Pierpaolo Cruz Bottini colocou no sentido
239 que seja analisado o projeto de lei medidas cautelares, considerando que foi nomeada
240 uma comissão de notáveis para reforma do código penal. Com a palavra o Presidente
241 do CNPCP Dr. Sergio Salomão Shecaira agradeço a todos os membros da comissão o
242 conselheiro Carlos Eduardo Adriano Japiassú, o conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes,
243 o conselheiro Carlos Weis, e o conselheiro Pierpaolo Cruz Bottini que fez contato com
244 CNJ e a minuta que apresentou na seqüência para depois fazemos o convenio com
245 CNJ, estive no Estado do Paraná com a conselheira Gisela Maria Bester em uma

246 palestra na Unicuritiba. Com a palavra o conselheiro Fernando Braga Viggiano
247 informou sobre a realização CONEPA que contou participação de 25 unidades da
248 federação, só duas não estava presente, onde palestraram a conselheira Ela Wiecko
249 Volkemer de Castilho e conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes. Na reunião da CONAPA
250 consegui a aprovação para levar o 5º CONEPA para a cidade de Goiânia com a
251 previsão de a data ser 31 de agosto e 01 e 02 de setembro. Com a palavra a
252 conselheira Gisela Maria Bester proponho que o Conselho realize uma audiência pública
253 no Estado do Paraná, fazer dois painéis conclusivos. Com a palavra o conselheiro
254 Geder Luiz Rocha Gomes informa o debate sobre a criação de um Prêmio de
255 Excelência que será oferecido pelo Egrégio CNPCP, concernente aos temas de Política
256 Criminal e Penitenciária. Com a palavra o conselheiro Carlos Weis informou parte da
257 pauta do prêmio INOVARE. Com a palavra o conselheiro Adeildo Nunes sugiro proibição
258 de premiar membros do conselho, comissão para o regimento interno onde participarão
259 os conselheiros Carlos Weis, Pierpaolo Cruz Bottini e Adeildo Nunes. Com a palavra o
260 conselheiro Herbert José Carneiro informa a pauta da proposta de resolução. Com a
261 palavra o conselheiro Adeildo Nunes solicitou que mude o art 3º que fala entra em vigor
262 na data de sua publicação revogada as resoluções anteriormente editadas sobre a
263 matéria, sugiro em vez de resoluções colocar contidas em resoluções . Com a palavra o
264 conselheiro Airton Aloisio Michels a última resolução que saiu do conselho e bastante
265 recente, verificou – se como processo, teria problema com qualquer equipamento. Com
266 a palavra o conselheiro Carlos Weis o consenso e que o conselho apóia penas
267 alternativas, o segundo consenso que há necessidade nos projetos relacionados a
268 penas alternativas de uma viatura, o convenio com as penas alternativas significa a
269 fiscalização permanente de deslocamento as pessoas para entidades que prestam a
270 perna alternativa muitas vezes são distantes. Com a palavra o conselheiro Rogerio
271 Gesta Leal qual o destino que se dá ao patrimônio público, depois que terminar o
272 convenio como fica esse patrimônio público, continua sendo usado, o que temos visto e
273 a depauperação do patrimônio público, a experiência da defensoria pública do Estado
274 de São Paulo que recebeu o bem continua dando utilidade, isso pode servir de
275 paradigma para estabelecer uma proposição de estudo, juntar os convênios para a
276 utilização seqüencial do patrimônio público, o bem público tem que ter uma utilização
277 pós convenio, no sentido que os convênios possam permitir a destinação do patrimônio
278 público no seu termino. Com a palavra o conselheiro Airton Aloisio Michels solicitou a
279 que na próxima reunião ele participasse da pauta para falar sobre o DPEN/MJ. Em
280 seguida, procedeu-se à análise dos seguintes processos, previamente distribuídos: 1)

281 Processo CNPCP/MJ nº 08037.000231/2008-73. Assunto: Relatório de visitas,
282 realizadas pelo Conselho Penitenciário do Estado de Minas Gerais, em presídios do
283 Estado, exercício 2007. Parecer da Conselheira Ela Wiecko Volkmer de Castilho:
284 informar acerca de deliberação do CNPCP sobre o último relatório encaminhado pelo
285 Conselho Penitenciário do Estado; inspeção realizada pelo CNPCP nos
286 estabelecimentos prisionais do Estado em 2007; constatações e recomendações da CPI
287 do Sistema Penitenciário sobre os estabelecimentos prisionais objeto do relatório do
288 Conselho Penitenciário. Aprovado, à unanimidade. 2) Processo CNPCP/MJ nº
289 08037.000100/2007-13. Assunto: Termo de ajustamento de conduta proposto para
290 solucionar os problemas apontados no sistema penitenciário de Pedrinhas/MA. Parecer
291 do Conselheiro Adeildo Nunes: pela necessidade premente de realização de inspeção
292 nos estabelecimentos penais. Aprovado, à unanimidade. 3) Processo CNPCP/MJ nº
293 08037.000047/2008-23. Assunto: Relatório de Atividades do Conselho Penitenciário do
294 Distrito Federal, exercício 2007. Parecer da Conselheira Valdirene Daufemback:
295 recomenda atentar e acompanhar os pontos explicitados no relatório, no sentido de
296 contribuir para promover avanços na política penitenciária do Distrito Federal. Aprovado,
297 à unanimidade. 4) Processo DEPEN/MJ nº 08016.000629/2008-58. Assunto Consulta do
298 DEPEN/MJ ao CNPCP a respeito das diretrizes da oferta de educação nas prisões.
299 Parecer da Conselheira Valdirene Daufemback: recomenda parecer favorável com a
300 indicação de que os condutores do processo mantenham a metodologia participativa
301 utilizada até o momento, avancem a partir dos conhecimentos já produzidos e
302 implantem as propostas apresentadas. Aprovado, à unanimidade. 5) Processo
303 CNPCP/MJ nº 08037.000114/2008-18. Assunto: Relatórios de inspeções realizadas pelo
304 Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul, na Penitenciária Estadual de
305 Santana do Livramento e no Presídio Estadual de Rosário do Sul. Parecer do
306 Conselheiro Fernando Braga Viggiano: encaminhamento de ofício ao senhor Secretário
307 de Estado, com o intuito de possibilitar a abertura de concurso público para o
308 preenchimento de alguns cargos, caso existam essas vagas criadas por lei, para a
309 Penitenciária Estadual de Santana do Livramento. Encaminhamento de ofício à
310 Secretaria Estadual, para que adote as providências necessárias no Presídio Estadual
311 de Rosário do Sul Sugere a expedição de ofício ao Juiz da Execução a fim de que
312 promova as medidas necessárias para a implantação do Conselho da Comunidade na
313 Comarca de Rosário do Sul. Por último, sugere a expedição de ofício à Secretaria
314 Estadual responsável pela Administração Penitenciária para que analise a possibilidade
315 de construção de estabelecimento prisional específico para abrigar as mulheres. Pelo

316 arquivamento, a fim de subsidiar futura visita de inspeção no Estado. Aprovado, à
317 unanimidade. 6) Processo ASPAR/MJ nº 08001.003939/2008-93. Assunto: PLS nº
318 112/2007, do Senador Marco Maciel – Aumenta a pena do crime definido na Lei nº
319 2.252, de 1º de julho de 1954, e o inclui no rol do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho
320 de 1990 (Crimes Hediondos). Parecer da Conselheira Gisela Maria Bester: pela rejeição
321 do PLS. Aprovado, à unanimidade. 7) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000222/2008-82.
322 Assunto: Relatório de Atividades desenvolvidas pelo Conselho Penitenciário do Estado
323 de Tocantins, exercício 2007/2008. Parecer da Conselheira Gisela Maria Bester: por
324 diligência para que o Conselho Estadual complemente o seu Relatório com o envio do
325 relato completo da inspeção que realizou, a fim de que tal documentação instrua a visita
326 que deverá ser realizada ao Estado, ainda no segundo semestre de 2008. Aprovado, à
327 unanimidade. 8) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000075/2008-41. Assunto: Relato da
328 situação em que se encontra a Custódia da Delegacia da Polícia Federal de Foz do
329 Iguaçu/PR. Parecer do Conselheiro Carlos Weis: entende ser o caso de se oficiar aos
330 representantes, no sentido de que determinem o necessário e, se não forem atendidos,
331 que tomem as medidas decorrentes de descumprimento de ordem judicial. Aprovado, à
332 unanimidade. 9) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000074/2008-04. Assunto: Relatório
333 Anual de Atividades do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná. Parecer do
334 Conselheiro Carlos Weis: propõe seja oficiado o Senhor Governador do Estado do
335 Paraná para que informe qual a atuação da Defensoria Pública local no atendimento aos
336 presos, sejam sentenciados ou provisórios, para que a informação seja cotejada com o
337 relatório do Conselho Penitenciário. Aprovado, à unanimidade. 10) Processo ASPAR/MJ
338 nº 08001.007032/2008-01. Assunto: PLS nº 190/2007, da Senadora Maria do Carmo
339 Alves – Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico
340 para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.
341 Parecer do Conselheiro Pierpaolo Cruz Bottini: pela constitucionalidade e legalidade da
342 proposta, e no mérito, por sua aprovação. Aprovado, à unanimidade. 11) Processo
343 ASPAR/MJ nº 08001.006639/2006-02. Assunto: PL nº 3.110/2004, do Deputado
344 Severino Cavalcanti – Altera a redação do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 1990, para
345 submeter os condenados por crime hediondo ao regime disciplinar diferenciado de que
346 trata o art. 52 da Lei nº 7.210, de 1984 – Lei de Execução Penal. Excluindo o prazo de
347 limitação da aplicação do regime disciplinar diferenciado para o condenado por crime
348 hediondo. Parecer do Conselheiro Carlos Eduardo Adriano Japiassú: pela rejeição do
349 PL. Aprovado, à unanimidade. 12) Processo ASPAR/MJ nº 08001.000484/2008-54.
350 Assunto: PLS nº 739/2007, do Senador Romeu Tuma – Altera dispositivos da Lei nº

351 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do
352 art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências, para
353 acrescentar o inciso VII-C no art. 1º. Parecer do Conselheiro Carlos Eduardo Adriano
354 Japiassú: pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. 13) Processos nº
355 08016.004286/2008-09 e 08037.000225/2008-16. Assunto: O Grupo de Estudos e
356 Trabalho “Mulheres Encarceradas” requer providências urgentes quanto à situação
357 calamitosa em que se encontra o Centro de Atendimento Hospitalar à Mulher Presa -
358 CAHMP. Parecer do Conselheiro Carlos Eduardo Adriano Japiassú: solicita a expedição
359 de ofícios ao Juízo de Execução Penal e à Secretaria de Assuntos Penitenciários, para
360 informar sobre eventuais providências tomadas quanto ao CAHMP. Solicita a inclusão
361 do CAHMP entre os estabelecimentos que serão inspecionados por ocasião da visita de
362 inspeção. Aprovado, à unanimidade. 14) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000094/2008-
363 77. Assunto: Relatório de visita realizada pelo Conselho da Comunidade da Comarca de
364 São Paulo à unidade prisional Centro de Detenção Provisória I de São Paulo. Parecer
365 do Conselheiro Herbert José Almeida Carneiro: realização de inspeção, em caráter de
366 urgência, em unidades prisionais do Estado de São Paulo, a fim de serem colhidos
367 maiores elementos para a adoção das providências cabíveis. Aprovado, à unanimidade.
368 15) Processo ASPAR/MJ nº 08001.007040/2008-40. Assunto: PLS nº 171/2008, do
369 Senador Demóstenes Torres – Altera o art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de
370 1965, que regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade
371 Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade, para incluir as alíneas
372 “j”, “l” e “m”. Parecer do Conselheiro Herbert José Almeida Carneiro: pela aprovação do
373 PLS. Aprovado, à unanimidade. 16) Processo DEPEN/MJ nº 08016.003024/2008-19.
374 Assunto: Relatório de Atividades do Conselho Penitenciário do Estado de Sergipe,
375 exercício 2007. Parecer da Conselheira Eleonora de Souza Luna: pela realização de
376 diligência, no sentido de oficiar à Presidência do Conselho Penitenciário solicitando o
377 relatório da visita de inspeção, a fim de subsidiar futuras inspeções do CNPCP.
378 Aprovado, à unanimidade. 17) Processo DEPEN/MJ nº 08016.002085/2008-69. Assunto:
379 Relatório de Atividades do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão, exercício
380 2007. Parecer do Conselheiro Adeildo Nunes: pela aprovação do relatório. Aprovado, à
381 unanimidade. 18) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000112/2008-11. Assunto: Estatuto e
382 Regimento Interno do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará. Parecer do
383 Conselheiro Adeildo Nunes: pela necessidade premente da remessa do anteprojeto,
384 bem como a fase atual de elaboração, ao CNPCP. Aprovado, à unanimidade. 19)
385 Processo CNPCP/MJ nº 08037.000230/2008-29. Assunto: Manifestação Pública,

386 denúncias e pedido expresso de socorro dos presos da Colônia Penal Agrícola de
387 Piraquara/PR. Parecer do Conselheiro Fernando Braga Viggiano: solicita seja oficiado
388 ao Conselho Penitenciário do Paraná, com cópia do petitório para que, em colaboração,
389 informe se tem conhecimento dos fatos narrados e de sua veracidade. Igualmente
390 solicita seja oficiado o TJ/PR para que informe as providências adotadas. Aprovado, à
391 unanimidade. 20) Processo DEPEN/MJ nº 08016.003563/2008-58. Assunto: Relatório de
392 visita à Penitenciária Federal de Catanduvas/PR. Parecer do Conselheiro Fernando
393 Braga Viggiano: sugere a expedição de ofício ao Ministério do Planejamento, solicitando
394 a celeridade e o empenho devidos, no sentido de que seja autorizada a abertura de
395 novo concurso público para o preenchimento dos cargos vagos de agentes
396 penitenciários para a unidade prisional de Catanduvas/PR. Sugere, ainda, a expedição
397 de ofício ao DNIT para a análise da viabilidade de construção de outro posto da Polícia
398 Rodoviária na rodovia estadual PR-471, no entroncamento com a PR-484, no município
399 de Três Barras do Paraná. Parecer do Conselheiro Carlos Weis: propõe seja o processo
400 custodiado pela Secretaria do CNPCP até que seja possível visitar a unidade penal em
401 questão. Aprovados, à unanimidade. 21) Processo ASPAR/MJ nº 08001.005876/2008-
402 18. Assunto PLS nº 119/2007, do Senador Pedro Simon – Altera a redação de Título e
403 artigos, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 –
404 Código de Processo Penal. Parecer do Conselheiro Herbert José Almeida Carneiro: pelo
405 acolhimento do PLS. Pedido de vista do Conselheiro Fernando Braga Viggiano. 22)
406 Processo CNPCP/MJ nº 08037.000241/2008-17. Assunto: Interdição da Carceragem da
407 Unidade Integrada de Segurança Pública da Comarca de Buritis/RO. Parecer dos
408 Conselheiros Rogério Gesta Leal e Valdirene Daufemback: por ocasião da visita de
409 inspeção ao Estado de Rondônia, nos dias 21 e 22 de julho, pelos Conselheiros Rogério
410 Gesta Leal e Valdirene Daufemback, foram abordadas às autoridades locais sobre a
411 situação da carceragem de Buritis. Foi solicitada às autoridades que mantivessem este
412 Conselho a par do andamento das providências adotadas. Aprovado, à unanimidade.
413 23) Processo DEPEN/MJ nº 08016.004705/2008-02. Assunto: Desvio de finalidade do
414 Convênio nº 068/2003 – Rondônia. Parecer dos Conselheiros Rogério Gesta Leal e
415 Valdirene Daufemback: (a) sugerem que o Estado apresente ao juiz da infância e
416 juventude o novo quadro de opções existentes, de forma documentada e descritiva,
417 demonstrando a viabilidade conjuntural da permuta; (b) não solucionada a questão por
418 esta via, que estude as opções jurisdicionais de tratá-la; (c) que informe o Conselho e o
419 DEPEN sobre o andamento das questões. Aprovado, à unanimidade. 24) Processo
420 CNPCP/MJ nº 08037.000053/2008-81. Assunto: Relatório de Inspeção da Penitenciária

421 Estadual de São Pedro de Alcântara/SC, realizada por membros do Conselho
422 Penitenciário do Estado de Santa Catarina. Parecer do Conselheiro Fernando Braga
423 Viggiano: sugere a expedição de ofício para a Secretaria Estadual responsável pela
424 Administração Penitenciária para que seja providenciada a devida assistência jurídica,
425 bem como para que formule projeto próprio visando cumprir o comando constitucional,
426 conferindo a devida assistência aos hipossuficientes. Sugere, ainda, que essa
427 Secretaria, em conjunto com a Secretaria Estadual de Saúde, adote as providências
428 necessárias para garantir a efetiva assistência aos reclusos. Propõe, também, que
429 promova o reforço da segurança interna do estabelecimento prisional. Sugere expedição
430 de ofício ao Conselho Penitenciário Estadual para perquirir se a situação relatada
431 permanece idêntica ou se foi devidamente corrigida. Por último, sugere que o CNPCP
432 agende data para realização de inspeção no estabelecimento. Parecer do Conselheiro
433 Carlos Weis: sugere a remessa de cópia do documento, por ofício, ao Ministério Público
434 do Estado, solicitando sua pronta intervenção para fazer cessar tal estado de coisas.
435 Sugere que seja igualmente oficiado o Poder Judiciário para que informe se o Juízo das
436 Execuções tem feito as visitas mensais de inspeção que a LEP determina e quais as
437 medidas ordenadas para fazer com que o Estado de Direito volte a imperar. Por fim,
438 propõe que se oficie o Estado de Santa Catarina para perguntar de que forma é feita a
439 assistência jurídica aos presos do Estado, ante a inexistência de Defensoria Pública.
440 Aprovados, à unanimidade. Com a palavra o conselheiro Pierpaolo Cruz Bottini informa
441 que assim que for aprovada a minuta, encaminha a consultoria da jurídica. Com a
442 palavra o conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes conclui- se a revista e mandaremos a
443 revista para a gráfica. Será aberto o prazo de 45 dias partir do ofício que sairá no dia 30
444 de julho para entidades que oferece sugestões para o projeto de indulto para que se
445 manifeste. Nada mais existindo a ser tratado, o primeiro Vice- Presidente do CNPCP
446 encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos. Para constar, lavrou-se a
447 presente ata, redigida por mim, Jussara Isaac Ribeiro.

448

449

450

SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA

451

Presidente do Conselho

452

PUBLICADA NO DOU DE 29 DE OUTUBRO DE 2008 – SEÇÃO 1 – P. 333.

453